

MPD entrevista¹
Luiz Eduardo Soares

UM ANTROPÓLOGO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Arquivo pessoal

Divulgação

Felipe

Luiz Eduardo Soares em três momentos: candidato à Câmara dos Deputados este ano pelo PPS, em campanha na praia de Ipanema; conversando com o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, em agosto deste ano; e durante o lançamento do livro “Elite da Tropa”, com Celso Athaide

Antropólogo, cientista político e autor de livros que fizeram sucesso, como “Cabeça de Porco” e “Meu Casaco de General”, Luiz Eduardo Soares nasceu em Nova Friburgo (RJ) em 1954. Sua carreira hoje está voltada a uma área que sofreu transformações drásticas no Brasil nas últimas décadas: a segurança pública. E Soares não ficou preso em teses e debates acadêmicos. Cheio de propostas de como combater a violência em suas variadas dimensões, o antropólogo participou do primeiro ano do governo Lula, ajudando na elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública, e do governo Anthony Garotinho (RJ), entre 1999 e 2000. Seu trabalho na Secretaria de Segurança Pública no Rio foi interrompido graças ao fato, segundo ele mesmo afirma, de ter sido bem-sucedido. Com idéias polêmicas como a defesa do voto dos presidiários e a criminalização da homofobia, Luiz Eduardo Soares perdeu a eleição para deputado federal em seu estado natal. Logo após o pleito, ele concedeu uma entrevista para “MPD Dialógico” para contar sua experiência e suas idéias sobre a segurança pública no país.

Como o sr. conceituaria o termo “segurança pública”?

LUIZ EDUARDOSOARES: Segurança pública não é uma situação ou uma condição passível de descrição objetiva, ainda que a pudéssemos associar idealmente a um quadro social caracterizado pelo pleno respeito aos direitos individuais e coletivos. Aplicada a categoria a casos históricos concretos, “segurança pública” converte-se em uma indicação aproximada de natureza dinâmica e comparativa, isto é, relativa e contextual. Imagine um assassinato em uma cidadezinha pacífica: representaria um choque para a população e provocaria uma sensação difusa de medo e insegurança. Mas o que seria o mesmo fato em uma cidade como o Rio de Janeiro, na qual há oito crimes letais por dia? Pensada de um ponto de vista aplicado, a categoria “segurança pública” revela-se prospectiva e alude à estabilização de expectativas positivas relativamente ao cumprimento das normas do contrato social, das regras do jogo interativo ou das leis. Em outras palavras, a situação ideal de segurança ou convívio pacífico, em condições de justiça ou equidade, em liberdade, sob plena vigência do Estado Democrático de Direito, transposta para o tempo, ou seja, para a vida concreta, para a história – terreno das ações humanas, que são condicionadas, certamente, mas também, em alguma medida, livres e indeterminadas, ou não seriam ações humanas e se reduziriam a reações mecânicas –, expõe-se ao risco de rupturas e se mostra vulnerável à imprevisibilidade, à instabilidade. Se há liberdade na ponta da ação, do agente, há imprevisibilidade na ponta cognitiva ou das percepções individuais e coletivas. Tornando muito simples uma reflexão necessariamente complexa, poder-se-ia afirmar que uma situação que fosse descrita como o equivalente empírico ao modelo da ordem pública pacífica, justa e democrática, idealmente segura, portanto, seria sempre e por definição instável, porque sujeita a mudanças impre-

¹ MPD-Dialógico: Segurança Pública e Direitos Humanos – Novembro 2006, p.5-9.

visíveis. Tomemos como exemplo uma cidade em ordem, em paz, à noite. Na manhã seguinte, se metade da população decidir permanecer na cama e não sair de casa, o caos provavelmente se instalará.

Qual é o maior desafio para a segurança pública hoje no Brasil?

SOARES: São dois: a disseminação de determinadas práticas criminais e a irracionalidade das instituições responsáveis por lidar com tais práticas, prevenindo-as e impondo sanções aos perpetradores. Em outras palavras: os desafios são, de um lado, os crimes, particularmente os letais (mais de 40 mil por ano no Brasil), que têm provocado um verdadeiro genocídio de jovens pobres e negros, do sexo masculino, moradores das áreas mais pobres das grandes cidades, além de atingir vários outros setores, afetando a qualidade de vida de toda a sociedade, inclusive limitando o desenvolvimento econômico. De outro lado, as polícias, o sistema penitenciário e as instituições responsáveis pela aplicação da política criminal, aí incluídos o Ministério Público, a Defensoria e o Judiciário. As dinâmicas criminais são processos sociais que se reproduzem segundo determinados padrões, alguns deles em escala ampliada, porque se alimentam de condições que se mantêm e aprofundam. Tomemos o caso do tráfico de armas e drogas: no varejo morrem os meninos, que começam como vítimas, tornam-se algozes e terminam seus dias de forma precoce e cruel, de novo como vítimas, antes dos 25 anos. Eles são recrutados, via de regra, em função da degradação da auto-estima, da experiência de rejeição e de invisibilidade social, da falta de perspectivas e de acesso ao mundo hedonista do consumo que os convida e repele. No atacado, a lavagem de dinheiro é operada longe das favelas e periferias, por criminosos de colarinho branco e por segmentos policiais, em redes que envolvem políticos e agentes públicos, os quais permanecem impunes. Em suma, o problema tem duas pontas, a crise social e a impunidade. Quanto às instituições, analisemos as polícias. Evidentemente, o diagnóstico é genérico e não vale do mesmo modo para todos os estados brasileiros, porque as realidades são muito diferentes, em alguns aspectos, ainda que sejam as mesmas, em outros. As PMs e Polícias Civas, de cada estado, são rivais entre si; os processos de recrutamento e formação, treinamento e de controle interno são extremamente precários; são refratárias, por razões de suas estruturas organizacionais, à gestão racional; falta controle externo efetivo, independente e eficaz; não se vinculam a núcleo gestor de políticas sociais preventivas, intersetoriais. Gestão racional envolve dados qualificados, diagnósticos consistentes, planejamento regular, identificação de metas, avaliações sistemáticas e monitoramento corretivo, para que o erro seja instrumento de aprendizado, amadurecimento e evolução. Se os erros não são identificados, condenamo-nos a repeti-los.

Entre as instituições que estão no combate à violência, a polícia é a mais polêmica...

SOARES: Nossas polícias, salvo exceções, não são conduzidas por qualquer modelo de gestão racional que merecesse esse nome. Perduram porque são instituições públicas, como se fossem eternas e independentes de resultados. Vivem por inércia, repetindo velhos padrões herdados; são reativas e fragmentadas. E se inscrevem em um quadro institucional nacional que não forma um sistema, o que significa que só há rivalidades e isolamento. A cooperação é um evento especial e voluntarista. Pior, as 56 polícias brasileiras têm diferentes currículos e tempos para formação de seus profissionais e organizam suas informações de modos distintos e incompatíveis entre si. O resultado é o que se sabe: ineficiência, corrupção imensa, brutalidade feroz, politização predatória, atuação seletiva que se subordina a preconceitos de classe e cor, o que conduz à criminalização da pobreza. No Brasil, a desigualdade no acesso à Justiça começa lá na ponta, com o filtro policial que refrata a aplicação das leis, continua na fragilidade das Defensorias Públicas, quando existem, reproduz-se e se intensifica no tratamento judiciário diferenciado e se conclui no perfil de classe e cor das sentenças e da execução penal.

Fale, por favor, um pouco sobre o MP e as Defensorias.

SOARES: A Defensoria não alcançou ainda as prerrogativas do MP, e este concentra suas energias na persecução criminal dos desvios de conduta individuais de policiais, em vez de reconhecer que os casos se repetem segundo um padrão, o qual é parte de um quadro de desordem institucional, caracterizado por estruturas obsoletas e irracionais, refratárias à gestão e ao controle. Se o MP admitisse a dimensão estrutural ou organizacional e institucional do problema, passaria a cobrar da União e dos Estados planos modulares de reformas progressivas, com metas e controle externo.

Qual é a principal diferença entre a organização de criminosos no Rio e em São Paulo?

SOARES: O crime organizado, a meu juízo, é a teia que penetra instituições públicas e mobiliza recursos da ordem em benefício de seus interesses ilegais e privados. Nesse sentido, não faria sentido aplicar o conceito a quadrilhas. O PCC mereceria esse status caso se comprovasse sua vinculação com agentes públicos, de modo mais do que eventual. O mesmo valeria para os comandos fluminenses (Vermelho, ADA, Terceiro). No caso paulista, ainda não se configura o quadro típico, pelo menos até onde chegam minhas informações. No caso do Rio, é diferente, porque segmentos muito expressivos das polícias, ligados a redes políticas, são parte das organizações criminosas e dão proteção ao tráfico de armas e drogas, direta e indiretamente. Há, agora, na cidade do Rio e na Baixada fluminense, um problema ainda mais grave, o das chamadas “polícias mineiras”. São grupos de policiais que matam os traficantes e os substituem, de início trazendo uma ordem que a comunidade deseja, em seguida impondo regras arbitrárias e taxando todos os negócios locais. Recorrem a torturas e assassinatos de moradores, quando precisam mostrar força. Depois, promovem a expansão de favelas, vendendo lotes públicos e induzindo migrações das periferias. Finalmente, voltam a traficar. Hoje, elegem deputados e expandem seus negócios, celebrando acordos políticos.

Com uma carreira acadêmica reconhecida, o sr. trabalhou na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Esse trabalho gerou o livro “Meu Casaco de General: 500 Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro”. Pode contar um pouco os altos e baixos dessa experiência?

SOARES: Criamos, e não é plural majestático, porque trabalhei com uma equipe, a Delegacia Legal, as Áreas Integradas de Segurança Pública, superpondo os territórios sob responsabilidade de ambas as polícias e as fazendo coincidir com múltiplos dos setores censitários do IBGE, para que os dados se tornassem comparáveis entre si. Havia também os Conselhos Comunitários de Segurança; uma subsecretaria especialmente dedicada à violência de gênero e doméstica; os centros de referência contra a homofobia e o racismo; o Disque Defesa Homossexual; a Ouvidoria da Polícia; o Programa de Proteção à Testemunha; a campanha pelo Desarmamento e a primeira unidade integrada de investigação e repressão ao tráfico de armas; a reforma (integração, descentralização, autonomização) da perícia; o Instituto de Segurança Pública, primeiro passo para a integração das polícias; os acordos com universidades para formação policial; os mutirões pela paz, que eram policiamento comunitário e políticas sociais, em lugar das incursões bélicas às favelas. Os resultados foram tão positivos e promissores que, ao final de 1999, o governador Garotinho alcançou índices de popularidade inéditos na história do estado. O paradoxo vem agora. Estimulado pelo sucesso, [Garotinho] decidiu redefinir suas metas e lançar-se candidato à presidência, em 2002, o que implicava reconstruir a coalizão política. O governador procurou seus adversários, e eles lhe apresentaram as condições para o apoio. Em primeiro lugar, [pediram] a minha exoneração e o sacrifício de nossa política de segurança,

porque, entre outras razões, bloqueava a politização predatória das polícias ou o aparelhamento, além de ferir interesse de determinados grupos policiais vinculados aos políticos cujo apoio passou a ser cobiçado pelo governador. Aí está um caso curioso. O sucesso de uma política pública determina sua derrota.

Mais tarde, o sr. trabalhou no governo federal e co-ordenou o Plano nacional de Segurança Pública. o Plano está no site do governo (<http://www.mj.gov.br>) e é um diagnóstico abrangente e propositivo do tema. o que foi implantado?

Soares: O Plano previa duas grandes medidas, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, o Susp, que exigiria reformas e integração nacional nas áreas de formação policial, informação, gestão, prevenção, articulando as polícias a núcleos gestores de políticas preventivas locais, valorizando-as e a desconstitucionalização das polícias, o que significa a transferência aos Estados do poder de decisão sobre o modelo de polícia que desejam, podem ou precisam ter, respeitados princípios constitucionais, evidentemente, assim como as novas normas infraconstitucionais definidas no âmbito do Susp. Desse modo, o Acre, por exemplo, poderia unificar suas polícias; Minas poderia manter o status quo; o Rio poderia criar polícias municipais e metropolitanas, pequenas e de ciclo completo etc. A diversidade nacional seria respeitada. A Federação seria valorizada. Em qualquer caso, os direitos trabalhistas dos policiais seriam preservados e eles seriam reaproveitados, ainda que requalificados. E os processos de mudança se estenderiam ao longo de muitos anos, com amplo debate na sociedade, por meio de conferências municipais, regionais e estaduais. Nos dez meses em que estive no governo federal, em 2003, negociei com os 27 governadores e obtive sua adesão ao plano nacional, por meio de um endosso de uma carta-compromisso que redigi. Implantamos 27 gabinetes de gestão integrada, que eram as matrizes operacionais do Susp. Mas caberia ao presidente cumprir a nossa parte: enviar ao Congresso a PEC da desconstitucionalização, o projeto de normatização do Susp e não contingenciar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Ele não fez nada disso, porque temia tornar-se o grande protagonista das reformas na segurança, cujos benefícios só seriam colhidos a longo prazo, mas cujos custos seriam pagos imediatamente, do ponto de vista político, seja nas reações corporativas, seja nas cobranças da população, que passaria a ver o presidente como o responsável pela segurança.

O Plano cita o binômio casa-escola para afastar os jovens da violência urbana. Como esse binômio pode ser fortalecido sem a realização de mudanças estruturais no país?

Soares: Em Porto Alegre, implantamos no bairro mais pobre e mais violento à época, a Restinga, um projeto de prevenção cujos efeitos foram extraordinariamente positivos, enquanto se mantiveram os trabalhos. Tratava-se de uma rede local envolvendo profissionais da educação e da saúde, conselheiros tutelares e as instituições da Justiça criminal, inclusive as polícias, além da comunidade. A história se repete: o pai perde o emprego, desespera-se, naufraga no alcoolismo, episódios de violência contra a mulher e as crianças se sucedem, vem a separação traumática, mas necessária, os filhos se sentem culpados e rejeitados, a mãe mergulha na angústia e multiplica seus esforços de trabalho, afastando-se dos filhos, que se tornam inadimplentes e agressivos na escola, onde são alvo de classificações estigmatizantes, tornando-se cada vez mais vulneráveis aos desvios destrutivos e autodestrutivos. Na saúde, os registros do pai falam em problemas hepáticos. Ele, na verdade, é alcoólatra

Luiz Eduardo Soares acredita que o crime organizado envolve instituições e recursos públicos

e vítima da crise sócioeconômica. Os registros da mãe identificam hipertensão. Ora, ela é o elo sobre o qual tudo desaba. A doente é ela ou é, de um ponto de vista holístico e sistêmico, o quadro em que seu drama está sendo vivido? O enfrentamento adequado exigiria políticas que solucionassem esse conjunto de questões, a começar pelo emprego e pela qualificação da escola, para que ela se preparasse para reverter crises e não aprofundá-las, intensificando rejeições e degradando a auto-estima das crianças. Elas buscam, antes de mais nada, afeto, valorização e reconhecimento. Esta é a fome mais funda. É esta fome que será saciada pelo envolvimento com o tráfico.

Osr. foi candidato à Câmara dos Deputados este ano, mas não se elegeu. Quais projetos de lei o sr. defende para serem aprovados na área de segurança pública?

SOARES: Continuo defendendo o que sempre defendi e o que ajudei a incluir no Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula. Já me referi aos pontos mais importantes. Além disso, proponho uma lei de responsabilidade social, análoga à lei de responsabilidade fiscal. Proponho uma reforma política pautada menos pelas questões da estabilidade e da governabilidade, do que pelo desafio da reconquista da legitimidade, que está perdida no Brasil. De que adiantam as mais belas engenharias políticas, se o instituto da representação está em crise sem precedentes por falta de confiança popular? Proponho ainda a abertura a sério do debate sobre legalização das drogas. Defendo a união civil dos homossexuais e a criminalização da homofobia.

O tráfico de drogas é um importante componente do crime organizado. Como o sr. entende que deve ser a política de drogas no país?

SOARES: Nossa política de drogas só tem servido na prática para criminalizar a pobreza. Porque as camadas médias e as elites resolveram o problema, privatizando a solução. Elas compram a liberdade dos filhos nos balcões das delegacias. Precisamos entender que a verdadeira questão não é: deve-se ou não permitir o acesso às drogas hoje definidas como ilegais. A questão prática e verdadeira é a seguinte: o acesso existe e não só porque nossas polícias são incompetentes. O mesmo ocorre em praticamente todo o mundo. Se o acesso é um fato, a questão é: em que ambiente legal o acesso deve ser vivido. O da criminalização, que torna a droga problema de polícia, prisão e guerra, ou o alternativo, que a tornaria objeto de saúde pública, educação e autogestão?

O sr. defende o voto do preso. Pode explicar em que medida isso seria benéfico?

SOARES: O preso não-condenado já tem esse direito, que, entretanto, não é respeitado. Quero que se respeite o direito e advogo sua extensão aos condenados, porque eles precisam de instrumentos institucionais, legais e públicos, de afirmação de seus direitos. Lembremo-nos de que sua luta tem se dado, nas últimas décadas, inteiramente em torno da implementação da Lei de Execuções. Hoje, [os presos] só têm a rebelião como forma de reivindicar, o que é uma tragédia.

É possível que um dia a polícia brasileira tenha uma formação que leve em conta temas de direitos humanos?

SOARES: Sem respeito aos direitos humanos e à legalidade constitucional não haverá polícias eficientes. Quando a sociedade entender que a selvageria ilegal é a porta de entrada para os processos de corrupção e de degradação institucional, que condenam as polícias à impotência e, pior, a tornar-se parte do problema, a opinião pública apoiará e até exigirá mudanças nesse sentido e isso acontecerá. E a pressão possivelmente encontrará eco dentro das próprias corporações, que começam a se conscientizar.